

O princípio classificatório "cor", sua complexidade e implicações para um estudo censitário

TEREZA CRISTINA N. ARAUJO COSTA
Grupo Indicadores Sociais/IBGE

1 - A TEORIA SOCIOLOGICA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Esta é uma reflexão inicial sobre o estudo da pesquisa sociológica referente a relações interétnicas. A partir desta reflexão, analisaremos o tratamento censitário da questão, tal como realizado na maior parte dos países e mais especificamente no Brasil pelo IBGE.

Pode-se constatar, através de um reexame da teoria sociológica, que as relações interétnicas não foram objeto de estudo de boa parte dos grandes teóricos da Sociologia como MARX, DURKHEIM e outros que dedicaram apenas incidentalmente atenção a este objeto. Mesmo a contribuição de WEBER, embora significativa, é apenas uma pequena parte de sua obra monumental. Penso ter este fato contribuído para a atual configuração dos estudos sobre relações interétnicas. Tais abordagens, em sua maioria, fazem eco à opinião pública das sociedades em que se originam e nas quais se estrutura a consciência de que as relações interétnicas constituem um problema social. Esta orientação tem-se caracterizado igualmente pela pouca clareza conceitual. O campo "relações interétnicas" tem sido analisado através de estudos de contato cultural, conflito de classe, sistema de castas, análises psicossociais de práticas de discriminação e estudos antropométricos. O mesmo se presta a estas abordagens diversas que, contudo, têm sido feitas de maneira discreta sem uma perspectiva teórica unificadora e sem uma discussão conceitual aprofundada. Os termos raça, etnia e cor são usados indistintamente.

O estudo das relações interétnicas tem sido retomado, nos últimos anos, também no contexto da teoria sociológica e da teoria antropológica.¹

A definição de relações interétnicas proposta por REX pode ser útil como uma definição preliminar:

“Falamos de uma estrutura ou problema de relações étnicas na medida em que as desigualdades e diferenciações inerentes numa estrutura social estão relacionadas a critérios físicos e culturais de tipo “ascriptive” e são racionalizados em termos de sistema de crença determinísticos”,² REX, 1970:39. O autor apresenta uma discussão do conceito de raça e de etnia — neste contexto é que se teria que discutir “cor”.

A falta de definição conceitual seria a nossa primeira crítica ao estudo das relações interétnicas. A segunda crítica diz respeito à falta de explicitação das múltiplas situações e variantes destas relações.

As várias situações foram enumeradas por REX, 1970:39:

1 — Situações de fronteira, em que um grupo politicamente organizado, com tecnologia e educação avançadas, encontra um outro grupo cujos níveis de tecnologia são mais baixos.

2 — A forma particular de relações sociais de produção que é encontrada nas “slave plantations” e em sociedades que surgiram após a abolição da escravatura.

3 — Situações de conflito de classe no sentido marxista e no sentido weberiano muito mais amplo, onde há uma confrontação de grupos possuindo graus diversos de poder de mercado.

4 — Sistemas de casta e estamento nos quais grupos gozando de diferentes graus de prestígio e direitos legais assumem um caráter corporado e podem se tornar ocupacionalmente especializados.

5 — Situações em que a estima e o prestígio não são conferidos a grupos corporados como tais, mas são pensados como fornecendo uma base para um *continuum* de maneira que um indivíduo pode ser encarado como possuindo mais ou menos prestígio.

6 — Situações de pluralismo cultural onde um certo número de grupos distintos interagem com finalidades (por exemplo econômicas) limitadas, mas continuam a levar vidas comunais separadas.

Acreditamos ser interessante introduzir como ilustração das tendências da pesquisa neste campo os trabalhos dos sociólogos Otávio Ianni e Florestan Fernandes.

2 - A CONTRIBUIÇÃO DE OTÁVIO IANNI E FLORESTAN FERNANDES

2.1 - Relações raciais e conflitos de classe

O trabalho de Ianni — *Raças e Classes no Brasil* — tem uma grande afinidade teórica com a obra de OLIVER C. COX, o qual considera ter sido o conflito de classe o fator determinante das relações entre

1 Isto é documentado por ROBERT MOORE no seu artigo Race Relations and the rediscovery of Sociology in *British Journal of Sociology*, Vol. XXII, n.º 1, march, 1971 — pp. 97/104.

2 Neste texto aparecem ambos os termos étnico e racial. Há uma distinção tradicional que se faz entre racial e étnico, relacionando-se o primeiro termo a critério físico e ao segundo critérios de natureza cultural. A definição de REX de relações interétnicas se coaduna com este tipo de distinção.

brancos e negros. É a partir desta perspectiva que Cox define o preconceito racial: “uma atitude social propagada entre o público por uma classe exploradora com o propósito de estigmatizar algum grupo como inferior, de maneira que a exploração do grupo mesmo ou de seus recursos possa se justificar”. BANTON, 1970:21. Sobre o fenômeno das relações raciais Cox afirma: “é o fenômeno da exploração capitalista dos povos e a sua atitude social complementar. . . Mas o fato de significação crucial é que a exploração racial é meramente um aspecto do problema da proletarização do trabalho independentemente da cor do trabalhador. Portanto, o antagonismo racial é essencialmente um conflito de classe”. Cox, 1959:321/333. E mais adiante:

“É a necessidade de impessoalizar povos inteiros que introduziu no conflito de classe os *complicating factors* conhecidos como problemas raciais”. Cox, 1959:344.

IANNI caracteriza, em geral, os estudos sobre relações raciais no Brasil quando afirma: “em um país como o Brasil, em processo de industrialização, essas pesquisas não puderam desconhecer o papel dos processos econômicos dominantes. Por isso as investigações sobre as relações raciais envolvem a mobilidade social em geral, e particularmente o processo de proletarização”. IANNI, 1966:18. A respeito do contexto em que se deve entender as relações raciais declara: “As manifestações de preconceitos, tais como as barreiras raciais, os estereótipos ou as ideologias raciais, são fenômenos que exprimem situações reais de contato entre grupos diversos, mas elas não são inteligíveis a não ser quando a análise ultrapassa essas manifestações fenomênicas e atinge as suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais, ainda que se expressem nesta esfera. Eles somente podem ser compreendidos quando os analisamos no contexto das estruturas econômico-sociais, tendo em vista o seu caráter social dominante: a formação da sociedade de classes. Em consequência, as relações entre determinados grupos humanos surgem à observação superficial como relações de natureza social ou cultural, como se essas esferas da realidade social possuíssem autonomia e significações determinantes e não derivadas”. IANNI, 1966:42.

A respeito da questão racial, diz IANNI que esta teria como componente estrutural determinante a força de trabalho. Seriam as transformações dos setores da economia dos países em industrialização que forneceriam a base do problema racial “na medida em que a desagregação da ordem econômico-social escravocrata libertou forças produtivas capazes de iniciar a expansão industrial, que está reintegrando e diferenciando a estrutura global”, IANNI 1966:44. Segundo o autor, esta concepção teórica possuiria o mérito de ser suficientemente geral para explicar as relações entre os mais diversos grupos raciais ou culturais na América Latina e no Brasil. Referindo-se à sociedade escravocrata, afirma IANNI ser esta uma sociedade de castas que, devido não só à dinâmica nacional como internacional, presencia a constituição dos pré-requisitos do novo sistema que irá denominar de sociedade aberta. É neste contexto que se situa a abolição da escravatura, gerando no escravo o trabalhador livre.

Segundo o autor: “como a reincorporação do negro e do mulato se faz no seio de um sistema econômico-social que também dispõe hierarquicamente as pessoas, e como ao lado deles haverá trabalhadores de diversas origens em competição, retifica-se a cor, delimitando-se o grupo e os indivíduos como negros e mulatos. . . À medida em que se organiza a concepção social do negro e mulato, como pertencentes à camada assalariada, redefinem-se reciprocamente negros, mulatos e brancos,

criando-se, em conseqüência, as condições ideológicas do comportamento social específico da sociedade de classes". IANNI, 1966:50. IANNI, à maneira de Cox, encara a consciência étnica como uma falsa consciência e o preconceito racial como uma ideologia de classe dominante: "Discriminando-se racialmente os membros dos grupos sociais, hierarquizados ou não, não tomam consciência dos verdadeiros fundamentos das tensões que os opõem. Objetivando a cor, ou atributos ideologicamente constituídos, essas tensões não alcançam a consciência social dos membros da sociedade, enquanto membros das classes." IANNI, 1962:28.

Vamos ver com a leitura de Florestan Fernandes como ambos os autores consideram o mesmo processo de integração na sociedade de classes, sendo que para IANNI o conflito de classe assume uma aparência de conflito racial e para Florestan Fernandes o conflito racial se transformará em conflito de classe, deixando "a cor" de ser a variável determinante.

2.2 - Florestan Fernandes e a modernização das relações sociais

Para Florestan Fernandes "o que há de essencial para a análise da posição do negro, na ordem econômica e social emergente, é que eles teriam sido excluídos como categoria social das tendências modernas da expansão do capitalismo em São Paulo". FF, 1966:41.

Segundo ele ter-se-ia processado uma enorme modificação no sistema econômico e social sem que se reordenassem as relações raciais. Ao mesmo tempo o grupo negro sofre o impacto da modernização: "as orientações urbanas do crescimento econômico e sócio-cultural da cidade não favoreciam, ao contrário, solapavam e impediam a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro conforme uma configuração civilizatória rústica". FF, 1966:55. Este texto indica a concepção básica do autor — a passagem de um tipo de sociedade — de castas para a sociedade de classes através da urbanização e industrialização onde o não ajustamento ou defasagem entre as ordens coloca certos grupos em estado de anomia. Vejamos textos que confirma esta afirmação: "Não só as técnicas sociais e os valores morais do estilo pré-capitalista entraram em colapso quase instantâneo... A repulsão representava uma exigência e, sobretudo, um desafio ao negro para que se despojasse da natureza humana que adquirira anteriormente e adotasse os atributos psicossociais e morais do "chefe de família", "trabalhador assalariado", "empresário capitalista", "do cidadão, etc." FF, 1966:66. A adoção destes papéis sociais e o abandono daqueles típicos da conduta desviante como o de prostituta, malandro, etc é crucial para F. Fernandes na avaliação da integração do negro na sociedade de classes. Esta passagem se daria facilitada, por assim dizer, por algumas das características do sistema industrial e, entre estas, o racionalismo. "A grande barreira, onde os critérios de peneiramento sofriam interferências irracionais, nascia da cor... Nas grandes organizações privadas ou oficiais, as técnicas racionais de seleção, de supervisão e de promoção de pessoal colocam ênfase nas qualificações dos candidatos e na produtividade do trabalho. A cor fica em segundo plano ou passa, para muitos efeitos, pura e simplesmente, a ser ignorada." FF, 1966:44. O autor fala da Segunda Abolição que estaria se processando: "Esta se iniciou, de fato, quando o negro começou a converter-se em trabalhador livre, e terminará quando ele tiver suprimido, pelo esforço e pelos frutos de seu próprio trabalho, as fronteiras que separam os homens livres na sociedade de classes." FF, 1966:487.

2.3 - Considerações críticas

Há vários pontos de contato entre as análises de Ianni e Florestan Fernandes. Nos dois as relações interétnicas constituem um problema social com uma ameaça de conflito implícito. Conflito este que ameaça a sociedade aberta, sociedade de classes que os autores colocam como modelo contraposto à sociedade fechada de castas.

O modelo da sociedade fechada é claramente expresso em Ianni e F. Fernandes. Como os textos já citados indicam esta seria a sociedade de castas. O que os autores parecem ter em mente é claramente expresso por Costa Pinto: “casta e classe não são dois fenômenos de espécie diferente: representam, antes, dois momentos reversíveis de um mesmo fenômeno. Não são, como formas de estratificação social, dois mundos, dois pólos opostos, são duas fases de um mesmo processo. Os sistemas de casta, quando historicamente superados pelos fatores de mudança social que operam em suas bases tendem a se transformar em sistemas de classe”. COSTA PINTO, 1953:67.

A filiação desta abordagem com a de WARNER parece-me patente. Partiu este autor da definição de KROEBER de casta: “castas são, portanto, uma forma especial de classes sociais, as quais em projeto, pelo menos, estão presentes em toda sociedade. As castas diferem, entretanto, das classes sociais na medida em que emergiram na consciência social a ponto de o costume e da lei tentarem separá-los rígida e permanentemente. Classes sociais são o solo genérico do qual sistemas de casta têm em vários momentos e lugares surgido independentemente”, DUMONT, 1961. Para WARNER o conceito casta: “descreveria um arranjo teórico de pessoas de um dado grupo em uma ordem na qual os privilégios, deveres, obrigações, oportunidades, etc. estão desigualmente distribuídos entre os grupos que são considerados superiores e inferiores... Tal definição também descreve classe... A casta ou organização... pode ainda ser definida como uma ordem onde o casamento entre dois ou mais grupos não é sancionada, e onde não há oportunidade para membros dos grupos inferiores de atingir os grupos superiores ou dos membros dos superiores descer para os inferiores”. WARNER, 1936:234-37.

A influência de WARNER e seus seguidores foi gerando uma polêmica posterior sobre a adequação deste conceito fora do universo indiano, e mais ainda se este constituiria um tipo de estratificação. Cox demonstra as divergências dentro da mesma corrente teórica. Por exemplo, MYRDAL usa o termo casta por exclusão dos termos raça e classe e refere toda a sua discussão ao credo americano. Segundo DUMONT, MYRDAL é importante principalmente por introduzir na sua análise a consideração das ideologias.³ Diz este autor: “a suposta identidade essencial entre classe e casta parece se radicar no fato de que, desde que a igualdade é aceita como norma, então qualquer forma de desigualdade parece a mesma que qualquer outra devido ao seu desvio comum da norma” DUMONT, 1961.

Para DUMONT, a utilização do termo casta e a sua extensão para outros universos culturais como uma forma de estratificação constitui uma atitude etnocêntrica. Para o sistema indiano a desigualdade é um credo fundamental “o sistema indiano é um sistema social coerente,

3 COX fornece uma bibliografia sobre a escola que adota a teoria de castas no estudo das relações interétnicas. Ver COX 1959:490.

baseado num princípio de desigualdade, enquanto a barreira de cor americana contradiz o sistema equalitário em que se situa e no qual é uma espécie de doença". DUMONT, 1961:20-43.

Nos trabalhos de Ianni e F. Fernandes a passagem da sociedade de castas à sociedade de classes se dá através dos processos de urbanização e industrialização. Não é possível perceber de maneira sistemática uma teoria sobre a relação entre industrialização e urbanização; estes processos são vistos como concomitantes e reforçando um ao outro.

Os autores consideram de grande importância o impacto dos processos de urbanização e industrialização sobre o sistema de estratificação. Como já vimos, IANNI parece situar a raiz mesma do "problema racial" na diferenciação e hierarquização gerada pela industrialização no sistema capitalista. Florestan Fernandes enfatiza o caráter solvente da industrialização, isto é, a industrialização dissolveria o grupo étnico na massa de trabalhadores livres. O autor coloca a classe como substituindo a raça como foco de solidariedade. É quando examina os movimentos sociais negros que esta abordagem fica mais clara: "De um lado, não inseria, em bloco, os movimentos reivindicatórios na estrutura e dinâmica de classes. De outro, fazia com que eles não se ajustassem à realidade existente no seio da própria população de cor em processo de diferenciação interna. Se isto sucedesse, vários movimentos simultâneos poderiam equacionar os interesses dos diferentes estratos daquela população, o que facilitaria a formação de uma consciência mais completa: a) dos interesses que variam de um nível social para outro; b) dos interesses que são comuns e que exigiriam a colaboração estreita dos diversos movimentos independentes. Semelhante processo permitiria oferecer incentivos próprios à mobilização das classes médias de cor (pouco identificadas com os alvos dos movimentos reivindicatórios que representam os interesses da gente negra monoliticamente) e corresponderia melhor ao tipo de solidariedade requerida pelo padrão integrativo da sociedade de classes. Em suma, faria com que os movimentos reivindicatórios produzissem maior rendimento, como canais de integração do negro ao estilo de vida imperante em São Paulo na era da civilização industrial." FF, 1966:372.

Um dos elementos chaves característicos do sistema econômico-social engendrado pela industrialização seria o racionalismo.

Para Florestan Fernandes este seria o elemento que iria desagregar a ordem racial. Para IANNI, a racionalidade estaria operando na elaboração do preconceito do ponto de vista do sistema econômico. Alguns estudos realizados sobre industrialização e relações étnicas não corroboram a hipótese de F. Fernandes de que a identidade étnica desapareça ou perca significado como fator estruturador de relações sociais. O modelo de sociedade industrial a que se refere F. Fernandes teria os seguintes requisitos estruturais: a) uma perspectiva racionalista e secular; b) a predominância de relações contratuais sobre relações de *status*; c) mercados impessoais; d) mobilidade física e social de seus componentes. BLUMER, 1965:223.

Os exemplos históricos da sociedade americana e da África do Sul constituem um forte argumento contra o de F. Fernandes, como o demonstram de maneira indiscutível o trabalho do professor Blumer. Neste, salienta, com uma certa afinidade com IANNI que, na verdade, certos requisitos como o da racionalidade podem indicar uma adesão maior ao sistema de dominação racial e não a sua desagregação.

3 - A TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS - UMA INDAGAÇÃO

A pergunta fundamental que deve ser feita, não só para avaliar os trabalhos de Ianni e Florestan Fernandes mas também para orientar futuras pesquisas, é:

— Podem as relações étnicas serem analisadas como relações de *status* e classe, ou haveria alguma especificidade nestas relações que a utilização dos conceitos de classe e *status* deixaria escapar?

Frederik Barth discute o problema geral de como a “diversidade étnica” é socialmente elaborada, articulada e mantida. O autor mostra que em algumas áreas temos um alto grau de homogeneidade (uma distribuição diferencial insignificante de traços físicos, por exemplo, cor; culturais: língua, etc.) e ainda assim verificamos na ideologia dos grupos e na sua rotina de comportamento interpessoal a expressão de uma identidade étnica. BARTH, 1969.

Barth considera que os grupos étnicos são categorias sociais que fornecem uma base para *status ascription* e que as relações interétnicas são organizadas com referência a estes *status* ou identidades. Entretanto, ressalta que “as distinções étnicas não dependem de ausência de mobilidade, contacto e informação, porém acarretam processos sociais de exclusão e incorporação, de tal maneira que categorias discretas são mantidas apesar de mudança de participação e pertencimento a grupos sociais no curso da história individual. Relações sociais estáveis, persistentes e mesmo vitais são mantidas através de tais fronteiras e são freqüentemente baseadas nas dicotomias de *status* étnico sobre os quais os sistemas sociais se baseiam”. BARTH, 1969.

Creio que as pesquisas de campo de Barth e seus colaboradores, e de outros pesquisadores no Brasil, que serão mais adiante mencionados, nos oferecem sugestões para a resposta à pergunta colocada anteriormente.

Como vimos no rápido esboço da abordagem sociológica e nos dois estudos específicos as relações interétnicas têm sido encaminhadas dentro de uma preocupação mais ou menos rigorosa, mais ou menos rica de estratificação social. Entretanto, tais estudos têm partido para as suas generalizações sem enfrentar rigorosamente, a meu ver, o problema de como a identidade étnica é articulada e mantida. Isto se verifica no tratamento dos dados utilizados nestes trabalhos.

De maneira geral não há discussão do que, por exemplo, sendo este o objeto de nossa preocupação, significa a utilização da “cor” como um indicador de grupo racial ou étnico.

Na perspectiva de Barth e seus colaboradores encontramos esta preocupação e a alocação do fator “cor” num conjunto de traços que permitem as combinações que são elaboradas por grupos diversos na formação de sua identidade étnica.

Esta é uma discussão que, me parece, deve preceder à discussão específica, tal como levada a efeito nos centros de coleta de dados censitários a respeito do quesito cor.

4 - O QUESITO COR NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

4.1 Recomendações e práticas internacionais

O documento da ONU — Principles and Recommendations for National Populations Censuses (ST/STAT/SER.M/27) — reconhece estar o levantamento de características étnicas, raciais e de nacionalidade sujeito a condições e necessidades nacionais e portanto não recomenda critérios de aceitação universal. O documento fornece como exemplo de coleta de dados sobre características étnicas as questões feitas no período de 1945-1954 nos Censos de População da África do Sul, Brasil, Canadá, Chile, Cuba, Panamá, Costa Rica, Colômbia, Paraguai, Estados Unidos da América, Ceilão, Índia, Iugoslávia e outros.

A respeito das dificuldades encontradas no levantamento dos dados, afirma outro documento: “Quando as investigações se referem a grupos razoavelmente endógamos durante várias gerações dentro de um país, cada pessoa está igualmente consciente do grupo a que pertence, havendo, portanto, pouca dificuldade em se obter a informação. Em outros casos, entretanto, a adequação das respostas individuais pode ser seriamente afetada pela clareza da questão proposta e pelo material de instrução utilizado. Além das possibilidades de má compreensão da intenção da pergunta há sempre uma considerável chance de uma falsificação deliberada em conexão com questões referentes a assuntos que têm influência sobre o prestígio social. Por exemplo, ao responder uma questão sobre cor, uma pessoa poderá se afiliar ao grupo que tiver mais prestígio na comunidade”... ONU — 1959 — 49.

O documento “The Methods and Materials of Demography” do Bureau of the Census encara a questão do levantamento censitário de características étnicas da seguinte maneira:

“A definição de raça e de raças específicas e sub-raças é principalmente competência da antropologia física. É reconhecido por esta disciplina que no mundo moderno grande parte dos grupos étnicos é de origem racial mista e que há um processo de mistura racial em curso. Ao se coletar dados demográficos temos que nos contentar com classificações mais grosseiras que aquelas do antropólogo físico.

Estas classificações tendem a se basear em como os membros dos grupos se identificam, eles mesmos, entre si. Os grupos étnicos ou raciais assim determinados são geralmente mais significativos para finalidades de política social ou análise demográfica que aqueles definidos por critérios puramente antropométricos...”

4.2 O quesito cor

Sempre houve problemas com o levantamento do quesito cor nos Censos brasileiros. Parece haver um consenso sobre estes problemas que seria:

“O estudo das características demográficas dos diversos grupos que integram uma população apresenta sempre dificuldades nos países em que não é mantida entre eles uma rígida separação. A razão é óbvia: os cruzamentos entre os diversos grupos dão origem a tipos intermédios, cuja variedade aumenta cada vez mais e cuja representação se torna cada vez mais numerosa, através do tempo. “Laboratório de Estatística: 1970:198.

A partir desta constatação, e estudados os resultados dos Censos em que esteve presente o quesito cor, se verifica que:

1 — Houve uma multiplicidade de critérios entre os vários censos que prejudica a comparação dos dados. Laboratório de Estatística 1970:199-201.

2 — A autoclassificação e também a classificação efetuada pelo entrevistador no quesito cor é realizada com base em mais de um critério. Ou seja, não é apenas o aspecto físico — a cor da pele, olhos, tipo de cabelo e nariz, etc. que aloca determinada pessoa numa classificação. Também importante é a influência da posição que ocupa na comunidade, que passa a ser um critério para a alocação na classificação.

3 — Parece haver consenso de que o levantamento do dado é de alguma importância. Por exemplo, este dado seria útil para dar uma idéia da medida em que contribuíram os diferentes grupos étnicos para a formação da população atual. MORTARA, 1964:51.

Por ocasião da elaboração do Censo de 70, uma preocupação rigorosa com a qualidade do dado a ser obtido gerou ampla discussão sobre o assunto.

Nos pareceres emitidos pelos especialistas consultados encontramos uma preocupação com os critérios de classificação e com os termos, referentes à cor, que são utilizados. Constata-se a existência de múltiplas relações entre o critério de classificação e os termos.

Todo problema parece girar em torno de como as pessoas se classificam e, em se classificando, que termos utilizam.

5 - METODOLOGIA ALTERNATIVA

5.1 - Formulações anteriores:

Os documentos estudados, o da ONU e o do *Bureau of the Census*, parecem considerar que os levantamentos censitários devem se conformar com a impossibilidade de seguir critério "científicos", ou seja, caracterizar de maneira antropométrica a população. Os documentos, entretanto, reconhecem que a definição de raças é do domínio da antropologia física e que a classificação habitualmente utilizada é mais significativa para finalidades de análise demográfica e de política social. Os pareceres igualmente mencionam critérios antropométricos e a atual situação de mistura racial no Brasil. Parece-me, portanto, que deveríamos, ainda que brevemente, discutir a validade dos critérios antropométricos na determinação de grupos raciais e, mais do que isto, o que se entende por raça.

5.2 - Raça e critérios antropométricos

No início deste trabalho procuramos diferenciar o conceito de raça do de etnia.

A ONU, através da UNESCO, tem promovido diversos encontros de estudiosos do assunto, antropólogos e biólogos, como o encontro de Moscou, 1964, cujos trabalhos citaremos.

O termo *raça* ou qualquer outra palavra que usemos para substituí-la significaria um complexo de características hereditárias e o número total de indivíduos que o possuem.

Segundo Jean Hiernaux:

“Acredita-se que, com referência a traços biológicos, os grupos humanos formam um *continuum*. A caracterização em raças da humanidade é tanto uma questão de conveniência que a sua existência objetiva está em questão.” HIERNAUX, 1965:75.

As conclusões do *Encontro de Moscou, do qual* Hiernaux foi o diretor, enfatizam a interação entre o cultural e o biológico. O item 12 de sua declaração afirma: “Não há um grupo nacional, religioso, geográfico, linguístico ou cultural que constitua *ipso facto* uma raça. O conceito de raça é puramente biológico” Moscou, 1964.

Parece-me, portanto, que falar da mistura racial no Brasil, como um problema para o levantamento de dados, é constatar um fato de natureza universal. Diz Levi Strauss a este respeito: “Nós tendemos a considerar as chamadas raças mais distantes de nós como sendo mais homogêneas. Para um homem branco todo amarelo parece igual e o reverso é provavelmente verdadeiro.” LEVI STRAUSS, 1971:615.

As alternativas com que deve dialogar o levantamento censitário são, portanto, critérios antropométricos que se aproximam do conceito de raça e critérios terminológicos que se aproximariam do conceito de grupos étnicos.

5.3 - O quesito cor – critérios terminológicos

Parece-nos que é preciso ressaltar os seguintes pressupostos:

1 — A classificação por cor é uma frágil aproximação de uma classificação racial da população.

2 — Pesquisas realizadas indicam que os termos referentes à cor incluem diversos outros traços físicos além da pigmentação propriamente dita. SANJEK, 1971:1.126.

Este traços são — tipo e cor de cabelo, traços labiais, tipo de nariz, etc.

3 — A percepção e a conseqüente classificação por cor é influenciada por critérios físicos e outros critérios tais como prestígio social, tipo de sociedade regional, contato com outros grupos étnicos, etc.

4 — A percepção da cor é expressada num vocabulário específico composto de uma rica variedade de termos. HARRIS, 1970:1.

5 — Este vocabulário seria uma manifestação cultural de classificação.

6 — O problema é portanto estudar esta classificação expressa no vocabulário. O objetivo deste estudo seria chegar a uma classificação que refletisse os vários critérios utilizados e tornasse mais inteligível a ambigüidade que parece caracterizar a identificação étnica na sociedade brasileira.

Os trabalhos sociológicos abordados no início, os documentos da ONU, os pareceres dos especialistas consultados e outros estudos, todos indicam o fato fundamental da ambigüidade nos padrões de identificação étnica na sociedade brasileira. A experiência do IBGE é privilegiada, visto que tem acompanhado e detectado, através da aplicação do quesito cor nos seus censos, esta ambigüidade.

O problema seria o de elucidar e especificar quais os critérios que as pessoas utilizam para se classificar quando respondem ao quesito cor.

Uma possível abordagem seria o estudo dos termos que empregam para se identificar. Os termos constituiriam um domínio cognitivo relativamente organizado. SANJEK, 1971.

Um instrumental interessante para este tipo de estudo tem sido desenvolvido em Antropologia Social nos últimos anos e é denominado *Etnociência*.

Mais precisamente se refere ao sistema de conhecimento e cognição típicos de uma dada cultura. Estamos entendendo cultura como a definiu GOODENOUGH, 1957:167-68. "A cultura de uma sociedade consiste naquilo que alguém tem que conhecer ou acreditar a fim de que possa operar de uma maneira aceitável para seus membros e fazê-lo num papel que seja aceitável. . . É a forma das coisas que as pessoas têm em mente, os modelos de percepção, relação e interpretação destas coisas.

A descrição etnográfica, portanto, requer métodos de processar fenômenos observados de maneira que possamos construir mais explicitamente uma teoria de como nossos informantes organizaram os mesmos fenômenos. É a teoria e não apenas o fenômeno isolado que a descrição etnográfica pretende apresentar."

Tem havido estudos de terminologias e classificações de parentesco, tipos de doença, plantas e animais, etc.

Recentemente SANJEK, 1971 e HARRIS, 1970 aplicaram a metodologia mencionada, ao que chamaram "vocabulário racial brasileiro". Encontraram respectivamente 116 termos e 492 termos, entretanto, em ambos os casos havia um corpo reduzido de termos sobre os quais havia concordância de critérios.

A crítica que faço a ambos os autores é de que levaram em conta somente os critérios físicos — nos quais se destacam com grande importância associativa cor da pele e tipo de cabelo. Além disto cartões em que retratavam uma combinatória de traços físicos que não encontraríamos realmente, gerando assim o termo no momento mesmo da pesquisa.

Os trabalhos não tiveram a preocupação de estabelecer que outros critérios influem na utilização dos termos. Isto é, ficamos sabendo que determinada combinação de traços como tonalidade de pele, tipo de cabelo, cor dos olhos, etc. origina um dado termo, por exemplo, moreno sarará ou alvo.

Haveria assim um tipo de "visibilidade" que englobaria a visibilidade física (passível de apreensão nos trabalhos de Sanjek e Harris) que seria a visibilidade social. Isto é, a influência na auto-alocação e alocação de outros nos vários grupos de cor segundo *n* combinações de critérios selecionados pelo próprio indivíduo e seu grupo.

5.4 - Proposta de pesquisa

Um passo inicial seria a coleta de termos que comporiam o vocabulário racial. Isto poderia se realizar através de uma pergunta aberta em questionário numa pesquisa por amostragem. Recolhidos os vários termos se procuraria, através de análise, verificar quais as suas regularidades, por exemplo, incidência regional, rural/urbana, etc. Uma possi-

bilidade a considerar (para efeitos de comparação) seria a utilização de uma pergunta dupla:

- aberta para o entrevistado;
- fechada com quatro opções tradicionais para o entrevistador.

Analisados os termos, seria o momento, então, de através de métodos etnográficos estudar em determinadas situações típicas (definidas por uma reflexão sociológica sobre as relações interétnicas no contexto da sociedade brasileira), quais os critérios que agem sobre a percepção e elaboração destas relações. Esta proposta tem o caráter de um experimento que visaria, em última análise, pesquisar a inteligibilidade da chamada ambigüidade racial ou étnica brasileira. Forneceria subsídios para uma eventual reformulação dos critérios utilizados para a formulação do quesito cor nos levantamentos censitários.

5.4.1. O quesito cor no contexto do Projeto Indicadores Sociais

O interesse deste projeto quanto ao quesito cor se situa no quadro geral de sua preocupação com os elementos constitutivos da sociedade, mais especificamente no programa que pretende desenvolver referente à Estratificação e Mobilidade Social.

As possibilidades de análise sociológica desta área de pesquisa foram demonstradas na primeira parte deste trabalho. A especificação destas possibilidades no contexto do Projeto Indicadores Sociais em termos de propostas delimitadas de pesquisa será objeto de outro trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- BANTON, Michael — 1970 — “The Concept of Racism” in Ed. Zubaida — *Race and Racialism*, Tavistock, London.
- BARTH, F. — 1969 — *Ethnic Groups and Boundaries, The Social Organization of Culture Difference*, Little Brown and Co., Boston.
- BLUMER, H. — 1965 — “Industrialization and Race Relations” in Ed. Hunter — *Industrialization and Race Relations*, Oxford Press, London, New York.
- COSTA PINTO, L. A. — 1953 — *O Negro no Rio de Janeiro*, Cia. Ed. Nacional — São Paulo.
- COX, Oliver Cromwell — 1959 — *Caste, Class and Race*, Monthly Review Press.
- DUMONT, L. — 1961 — *Contributions to Indian Sociology*, n.º 5, October, pp. 20/43.
- FERNANDES, Florestan — 1966 — *A integração do negro na sociedade de classes*, Ed. Dominus, São Paulo.
- GOODENOUGH — 1957 — “Cultural Anthropology and Linguistics” in *Monograph Series on Language and Linguistics*, n.º 9, Georgetown University.
- HARRIS, Marvin — 1970 — “Referential Ambiguity in the Calculus of Brazilian Racial Identity” in *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 26, n.º 1, Spring.
- HIERNEAUX, Jean — 1965 — “Aspectos biológicos da raça” in *International Social Science Journal*, vol. XVII n.º 1.
Laboratório de Estatística — 1970 — *Estudos*, IBGE, Rio de Janeiro.
- LEVI, Strauss — 1971 — “Race and Culture” in *International Social Science Journal*, vol. XXIII, n.º 4.
- MORTARA, Giorgio — 1964 — “Estudo de Dados Censitários” in *América Latina*, Rio de Janeiro.
- ONU — 1959 — *Principles and Recommendations for National Population Censuses*.
- REX, John — 1970 — “The concept of race in sociological theory” in Ed. Zubaida — *Race and Racialism*, Tavistock, London.
- SANJEK, Roger — 1971 — “Brazilian Racial Terms: Some aspects of Meaning and Learning” in *Americana Anthropology*, April.
- WARNER, L. — 1936 — “American Caste and Class” in *American Journal of Sociology*, vol. XLII.